

JERÔNIMO COELHO – MINISTRO DA MARINHA (Uma Abordagem Sumária)

MANOEL SORIANO NETO*
Coronel

Jerônimo Francisco Coelho nasceu em Laguna (SC), em 30 de setembro de 1806. Ao longo de sua legendaria carreira militar, assumiu o Ministério da Guerra por duas vezes e interinamente o da Marinha (no Gabinete de 2 de fevereiro de 1844).

Jerônimo Coelho foi conselheiro do Império, deputado provincial e geral por Santa Catarina, província de que também foi vice-presidente, da qual, despojadamente, renunciou a indicação para senador, em benefício de outro nome que julgou mais merecedor do que o seu. Ocupou os cargos de presidente e comandante das Armas das Províncias do Pará (1848) e do Rio Grande do Sul (1856), quando se mostrou

um dinâmico e invulgar administrador. Brigadeiro do Exército Imperial, engenheiro militar, cientista, jornalista (é “O Pai da Imprensa Catarinense”), poeta, político e líder maçônico, foi um dos arquitetos da Paz de Ponche Verde (ao seu tempo de ministro da Guerra, em 1845), que pôs cobro à Revolução Farroupilha. Possuía o epíteto de “A Espada Falante”, tais eram os seus dotes tribunícios, e era comendador das Ordens da Rosa e de São Bento de Aviz. Faleceu no posto de brigadeiro, em Nova Friburgo (RJ), em 16 de janeiro de 1860.

Seu maior biógrafo foi o Almirante Henrique Boiteux, in *Santa Catarina no Exército*, cumprindo também destacar o

* Coronel de Infantaria e Estado-maior, Chefe do Centro de Documentação do Exército e sócio efetivo do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e da Academia de História Militar Terrestre do Brasil.

Almirante Lucas Boiteux, que, na obra *Os Ministros da Marinha*, o considera “o maior catarinense do passado”.

O consagrado historiador Pedro Calmon o cognominou de “O Ministro Perfeito”.

Para arrematar este incompleto e imperfeito epítome acerca de Jerônimo Coelho, diga-se que ele foi apodado pelo emérito historiador militar Coronel Cláudio Moreira Bento de “O Pai da Engenharia Civil Brasileira”, eis que, em 1857, quando ministro da Guerra, criou, na Escola Central do Exército, a especialidade de engenheiro civil, inexistente em nosso país. Consigne-se que tantos e tamanhos foram os serviços por ele prestados à Força Terrestre que a Instituição o homenageou com a elevada honorificência de Patrono do 3º Batalhão de Polícia do Exército, de Porto Alegre (RS), Organização Militar que se ufana em ostentar a denominação histórica de “Batalhão Brigadeiro Jerônimo Coelho”.

Mas o escopo deste despretensioso trabalho é o de resgatar de um inaceitável olvido algumas realizações e ideias de Jerônimo Coelho no muito curto período em que ele, à época deputado e tenente-coronel, assumiu o Ministério da Marinha (de 2 de fevereiro de 1844 a 23 de maio de 1844). Dois importantes documentos (recuperados mercê da diligência do ilustre historiador gaúcho Flávio Camargo) servirão de base para tal desiderato: o Relatório referente ao ano de 1843, apresentado à Assembleia-Geral Legislativa na 3ª Sessão da 5ª Legislatura (publicado em 1844) e o Decreto nº 351, de 20 de abril de 1844, que reformou a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha.

O primeiro dos mencionados documentos contém interessantes considerações que evidenciam, à larga, a profunda visão prospectiva do então ministro Jerônimo Coelho. Tal Relatório (texto submetido à atual ortografia) assim começa:

“Augustos e Digníssimos Senhores Representantes da Nação.

Venho hoje, na qualidade de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, satisfazer perante vós o preceito da Lei”.

Vejam, inicialmente, uma amostragem panorâmica da Marinha daquela época que, por meio deste histórico documento, o ministro apresentou à Assembleia-Geral: “No mapa nº 1 vereis, senhores, os Vasos de Guerra de que se compõe a nossa Força Naval, seu estado, e onde empregada; e no mapa nº 2, o do Corpo de nossa Armada, desta Corporação briosa que na sua generosidade se faz digna de todos os louvores, por sua dedicação e serviços em todas as épocas em que nos diversos pontos do Império tem sido chamada a cooperar para o restabelecimento da ordem pública”.

E, à frente: “Pelo Decreto de 2 de outubro de 1843, foram criadas três Seções Navais, denominadas do Sul, do Centro e do Norte: a 1ª, compreendida desde a extremidade austral do Império até o paralelo de 19 graus; a 2ª, a contar deste paralelo até o Cabo de São Roque; a 3ª, finalmente, desde este Cabo até os limites do Império com a Guiana Francesa, como tudo vereis no impresso junto em nº 3. O Governo teve em vista, detalhando assim a força armada, dar mais proteção e auxílio à nossa navegação mercante; reprimir eficazmente o contrabando de mercadorias e o vergonhoso e ilícito tráfico de africanos; manter a mais severa disciplina a bordo dos navios armados e adestrar os Oficiais da Marinha, tirando-os da única navegação dos rios em que, por fatalidade nossa, têm quase sempre sido eles empregados para sustentarem a ordem e a integridade do Império” (a sublinha é nossa).

Mais adiante, Jerônimo Coelho vislumbra o nosso Brasil como uma futura potência marítima, em vista da extensão de

seus mares e de suas riquezas naturais. Tal percuciente visão de futuro avulta de importância, hodiernamente, em face do recente e grandioso aumento da área de responsabilidade da Marinha (a “Amazônia Azul”, na felicíssima expressão do comandante da Força Naval). Dizia o Ministro, como um iluminado estadista: “O Brasil, senhores, está destinado a ser uma das primeiras nações marítimas do mundo: a vasta extensão de suas costas, sua posição geográfica, sua fertilidade, a abundância de produtos naturais em todos os reinos e a organização de seus habitantes, tudo lhe afiança que virá a ser um dia o empório do mundo comercial”.

No precitado Relatório, Jerônimo Coelho verberava o criminoso desmatamento das florestas brasileiras, como hoje ocorre, desafortunadamente, em nossa cobiçada Amazônia (a “Verde”). Dava mostras, destarte, de um acentuado sentimento ecológico. Disse ele: “E se continuarem as matas a serem devastadas, como presentemente acontece, entregues à discrição do imprevidente lavrador, senhores, em muito breve tempo teremos de ver despovoadas as nossas florestas, e então dependentes nos acharemos do favor estranho”.

Ainda no Relatório em comento, Jerônimo Coelho apontava para a necessidade de criação de um Corpo de Engenheiros Marítimos, hoje, como sabemos, uma radiante realidade que honra a Marinha e o Brasil. Assinalava o ministro: “Cabe aqui o tornar a lembrar-vos a necessidade da cria-

ção de um Corpo de Engenheiros Marítimos, donde se possam tirar os homens convenientemente habilitados para serem empregados não só nas inspeções de nossos arsenais como nos cortes de madeira e em todos os ramos da construção naval”.

A respeito dos Imperiais Marinheiros, ele prelecionava para a Assembleia-Geral Legislativa: “Na deficiência, pois, da maruja mercante, cumpre lançar mão de outros meios, e entre estes se conta de grande vantagem a útil criação dos Imperiais Marinheiros e muito convém elevar este Corpo a seu estado com-

pleto e mesmo a maior número de Companhias, porque dele podem sair boas guarnições para os navios de guerra, como a prática já o tem demonstrado”.

Pelo Decreto nº 351, de 20 de abril de 1844, Jerônimo Coelho manda pôr em execução o Plano para a reforma da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha. Neste Decreto, estão inculpidas várias minudências de grande relevância. Tratava-se de uma legislação cogente, ou seja,

racionalmente imprescindível para a Força Naval de então. Por exemplo, nas “Disposições Gerais” (art. 17) ficou estabelecido o seguinte e curioso preceito: “Art 17. A Secretaria de Estado estará em atividades todos os dias que não forem domingos ou santos de guarda, ou de Grande Gala; havendo porém trabalho extraordinário, será a Secretaria aberta, ainda que em dia excetuado, e todos os Oficiais, ou aqueles que forem chamados por este motivo, comparecerão prontamente à hora designada”.

“E se continuarem as matas a serem devastadas, como presentemente acontece, entregues à discrição do imprevidente lavrador, senhores, em muito breve tempo teremos de ver despovoadas as nossas florestas, e então dependentes nos acharemos do favor estranho”

Eis aí, de escantilhão e em apertada síntese, algumas obras beneméritas e o pensamento do Ministro da Marinha, Tenente-Coronel Jerônimo Coelho, no curto período (e por isso pouco lembrado) em que esteve à frente do Ministério, no ano de 1844.

Homem de caráter adamantino, patriota muito à frente de seu tempo, nunca se valeu em proveito próprio das elevadas funções que exerceu ao tempo do Império do Brasil, tanto que morreu pobre, mas honesto,

como sempre foi. “Minha pobreza é minha riqueza”, dizia ele, o que levou o Almirante Henrique Boiteux a afirmar: “Pobre nasceu, de mãos limpas viveu e com elas puras morreu”.

Jerônimo Francisco Coelho, meu tetravô em linhagem direta, cujo bicentenário de nascimento será comemorado ano vindouro, dignificou de forma superlativa as gloriosas e invictas Forças Naval e Terrestre brasileiras e o nosso estremecido Brasil.

 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<NOMES> Coelho, Jerônimo; Ministro da Marinha;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Exército, Estado-Maior do. *História do Exército Brasileiro – Perfil Militar de um Povo*, 2ª volume, Brasília, EME, 1972.
- Boiteux, Almirante Henrique. *Santa Catarina no Exército*, 2ª volume, Rio, Biblioteca Militar, 1942.
- Pinto Júnior, Domingos Ventura e Camargo, Flávio A. de Oliveira. *A Polícia do Exército Brasileiro*, Editora Gênese, Porto Alegre-RS, 2001.
- Sena, Davis Ribeiro de. *Os Ministros do Exército através dos Tempos*, Revista do Exército Brasileiro, Abr/Jun 1989.
- Torres, Theodorico Lopes e Gentil. *Ministros da Guerra do Brasil (1808-1950)*, Rio, Borsoi Imp, 1950.
- Ghisi, Ademar. *Tricentenário de Fundação da Laguna, SC*, Brasília, Centro de Documentação da Câmara dos Deputados, 1976.
- Ulysséa, Saul. *Coisas Velhas, Laguna* (Coletânea).
- Bento, Cláudio Moreira. “O Criador do Município de Canguçu”, in *Diário Popular*, Pelotas-RS, 26 Jun 77.
- Aderaldo, Mozart Soriano. *Minha Árvore Genealógica*, Fortaleza, Editora do Instituto do Ceará Ltda, 1951.
- Soriano Neto, Manoel. “Os Termos da Paz de Ponche Verde”, *A Defesa Nacional*, Set/Out 1979.
- Soriano Neto, Manoel. “Um Catarinense Resoluto”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, nº 14, 1995.